

São Paulo, 25 de agosto de 2026

Carta de apresentação das demonstrações financeiras do PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Em cumprimento às determinações do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), encaminhamos as demonstrações financeiras do PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. ("PagSeguro"), que compreendem o balanço patrimonial, demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e demonstrações de resultados abrangentes, as notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Termo de Responsabilidade da Administração

A Administração do PagSeguro é responsável pela elaboração e conteúdo das Demonstrações Financeiras e arquivos apresentados. As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em conformidade com as regulamentações aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Divulgação

As demonstrações financeiras, contidas neste documento, foram divulgadas em diretório de acesso público no sítio do PagSeguro no dia 31 de agosto de 2026 e podem ser acessadas por meio do link: <https://pagseguro.uol.com.br/demonstracoes-financeiras>.

Atenciosamente,

PAGSEGURO INTERNET INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Assinado por:

Gustavo Sechin

11D3A6FE06974D2...
Gustavo Bahia Gama Sechin
Diretor Vice-presidente

Assinado por:

Wilson Lima

DB90A8D2053B48C...
Wilson Gomes de Lima
Contador – CRC: 1SP212238/O-0

Demonstrações Financeiras

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

30 de junho de 2026
com Relatório do Auditor Independente

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2026

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Relatório da Administração.....	10
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	12
Demonstração do resultado	14
Demonstração do resultado abrangente.....	15
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstração dos fluxos de caixa	17
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	18



PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2026
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

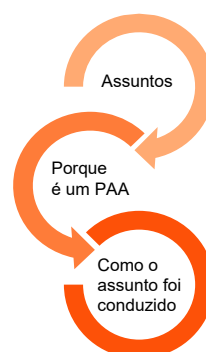
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Controles gerais de tecnologia da informação	
Tendo em vista o volume significativo de transações operacionais e pelo fato de as operações da Companhia serem altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, somados à natureza dos seus negócios e sua dispersão geográfica, consideramos o ambiente de tecnologia como um principal assunto de auditoria. Esta foi uma área de foco em nossa auditoria em função da relevância e volume de operações transacionadas que impactam diretamente nos procedimentos planejados para obtenção de evidências de auditoria apropriadas e suficientes, bem como na avaliação sobre riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros: (a) Entendimento dos sistemas de informação que são importantes para a produção de relatórios financeiros, assim como dos principais controles com dependências de TI, a citar como exemplo, conciliação de saldos e processos automatizados executados pela administração. (b) Avaliação da efetividade do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia da informação e cibersegurança implementados pela Companhia realizado pelo time de especialistas de TI, para as dimensões e processos relevantes que suportam as operações em escopo de auditoria e preparação das demonstrações financeiras. (c) Avaliação do processo de geração e extração de relatórios que suportam os saldos contábeis; e execução de testes de aderência sobre as informações produzidas pelos sistemas e aplicações da Companhia. (d) Acompanhamento periódico das ações planejadas e implementadas pela administração no aprimoramento do ambiente de controles internos para tecnologia da informação por meio de reuniões e reportes executivos obtidos com a administração. (e) Caso aplicável, avaliação dos aspectos identificados pelo time de especialistas de TI, revisão da abordagem de auditoria e execução de procedimentos complementares para conforto na opinião de auditoria. Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

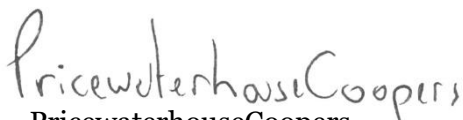
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.



PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de agosto de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio de Oliveira Araújo
Contador CRC 1SP241313/O-3

Relatório da Administração

Em atendimento aos dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Administração do PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. (“PagSeguro” ou “Companhia”), subsidiária do PagSeguro Digital Ltda. (“PagSeguro Digital”) tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do PagSeguro relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

O PagSeguro é um arranjo de pagamento fechado e uma instituição de pagamento nas modalidades de credenciador, emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamentos pós-pagos além de desempenhar atividades pertinentes ou correlatas às mencionadas nos itens precedentes, incluindo, mas não se limitando, veiculação de publicidade e desenvolvimento e facilitação de comércio eletrônico e liquidação financeira de transações relacionadas a determinado serviço de pagamento e participação em outras sociedades, cujo objeto social seja relacionada, necessária ou conveniente a consecução do objeto social da sociedade no Brasil e/ou no exterior. O PagSeguro obteve em 17 de outubro de 2018 autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), conforme publicação no Diário Oficial da União.

Em decorrência da obtenção dessa autorização, o PagSeguro passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN, além de seguir os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”). Nesse sentido, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A resolução BCB nº352, de 23 de novembro de 2023, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros.

No semestre findo em 30 de junho de 2026 o PagSeguro obteve **R\$210,2** bilhões de valor financeiro transacionado em adquirência (R\$218,6 bilhões para o semestre findo em 30 de junho de 2025) e atingiu **16,9** milhões de clientes ativos e 17,4 milhões de clientes ativos para o semestre findo em 30 de junho de 2025 (com pelo menos uma transação nos últimos 12 meses).

O PagSeguro obteve lucro líquido de **R\$463,5** milhões no semestre findo em 30 de junho de 2026 (R\$381,8 milhões para o semestre findo em 30 de junho de 2025), os principais fatores destacados abaixo:

- (i) As receitas de intermediação financeira totalizaram **R\$2.119,1** milhões no semestre findo em 30 de junho de 2026 (R\$ 2.467,4 milhões para o semestre findo em 30 de junho de 2025) e está substancialmente relacionada ao resultado de títulos e valores mobiliários do FIDC.

- (ii) As despesas de intermediação financeira totalizaram (R\$**2.757,5**) milhões no semestre findo em 30 de junho de 2026 (R\$2.505,4 milhões para o semestre findo em 30 de junho de 2025) e está substancialmente ligada ao custo de captação de empréstimo junto ao BancoSeguro.
- (iii) A receita de prestação de serviços totalizou o valor de R\$**7.810,6** milhões (R\$**7.261** milhões para o semestre findo em 30 de junho de 2025) substancialmente representada pela receita de intermediação financeira e pré-pagamento.
- (iv) As despesas administrativas totalizaram R\$**1.378,0** milhões no semestre findo em 30 de junho de 2026 (R\$ 1.362,8 milhões para o semestre findo em 30 de junho de 2025), esse custo está relacionado aos gastos com marketing e publicidade devido a estratégia de expansão da marca e as despesas com depreciação e amortização do imobilizado e intangível.
- (v) As despesas operacionais totalizaram R\$**4.531,5** milhões no semestre findo em 30 de junho de 2026 (R\$4.695,1 milhões para o semestre findo em 30 de junho de 2025), sendo representado em sua maioria pelo custo de transação em R\$**3.302,7** milhões (R\$ 3.346,3 milhões para o semestre findo em 30 de junho de 2025) e subsídios dos polos em R\$**375,6** milhões (R\$ 380 milhões para o semestre findo em 30 de junho de 2025).
- (vi) As despesas tributárias totalizaram R\$**730,2** milhões no semestre findo em 30 de junho de 2026 (R\$ 671,9 milhões para o semestre findo em 30 de junho de 2025) acompanhando a receita de prestação de serviços.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, os ativos do PagSeguro totalizaram R\$**73.530,1** milhões (R\$ 73.380,6 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025). O principal ativo do PagSeguro refere-se a valores a receber de bancos emissores de cartões, decorrente das transações realizadas com cartões de crédito e débito no valor de R\$**57.606,7** milhões (R\$56.468,5 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025), sendo substancialmente composto pelo contas a receber da adquirência no valor de **R\$56.971,6** milhões (R\$55.567,8 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025).

No semestre findo em 30 de junho de 2026, o patrimônio líquido totalizou R\$**6.030,8** milhões (R\$ 5.591,0 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025), sendo composto principalmente pelo capital social integralizado.

Em relação às movimentações de caixa, importante reiterar o comprometimento do PagSeguro em ser uma empresa disruptiva no mercado e com relevantes investimentos em tecnologia, prova disso é o investimento de R\$**1.065,8** milhões (R\$1.151,2 para o semestre findo em 30 de junho de 2025) em intangíveis e imobilizados, composto basicamente por desenvolvimento de softwares e POS.

São Paulo, 25 de agosto de 2026.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Balço patrimonial

30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Ativo circulante e não circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	212.550	1.210.972
Títulos e valores mobiliários	5	5.343.252	5.431.964
Reservas compulsórias	6	1.129.459	1.235.743
Contas a receber	7	57.606.068	56.326.896
Contas a receber de partes relacionadas	16	200.964	164.034
Dividendos a receber		101.288	101.288
Instrumentos financeiros derivativos	33	3.434	4.894
Outros ativos		253.528	258.713
Impostos a recuperar	8	955.786	940.422
Depósitos judiciais	9	344.384	491.938
Imposto de renda diferido	18	652.826	651.693
Investimentos	10	1.294.068	1.219.242
Imobilizado	11	2.554.917	2.538.585
Intangível	12	2.877.623	2.804.210
Total ativos		73.530.147	73.380.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Balanço patrimonial

30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais – R\$)

	Nota	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Passivo e patrimônio líquido			
Obrigações com terceiros	13	13.688.773	14.990.819
Conta digital	14	865.506	933.168
Empréstimos	15	45.761.279	43.487.154
Instrumentos financeiros derivativos	33	181.216	87.260
Fornecedores		499.486	624.418
Contas a pagar de partes relacionadas	16	510.485	671.505
Salários e encargos	20	264.886	304.598
Impostos a pagar	17	515.674	692.262
Provisões para contingências	19	123.184	106.580
Receita diferida	2.16	89.341	108.701
Outros passivos		251.459	101.594
Dividendos a pagar	21	2.499.502	3.344.150
Imposto de renda diferido	18	2.248.521	2.337.372
Circulante e não circulante		67.499.312	67.789.581
Patrimônio líquido			
Capital social	21	5.473.662	5.473.662
Reserva de lucros	21	824.062	364.588
Ajustes de avaliação patrimonial	21	(266.889)	(247.237)
Total patrimônio líquido		6.030.835	5.591.012
Total passivo e patrimônio líquido		73.530.147	73.380.594

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais – R\$, exceto as informações de quantidade de ações e lucro por ação)

		1º semestre	1º semestre
	Nota explicativa	2026	2025
Receitas de intermediação financeira		2.119.143	2.467.344
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	22	2.119.143	2.467.344
Despesas de intermediação financeira		(2.757.445)	(2.505.349)
Operações de empréstimos e repasses	24	(2.757.445)	(2.505.349)
Resultado bruto da intermediação financeira		(638.302)	(38.005)
Outras receitas/despesas operacionais		1.038.583	331.755
Receitas de prestação de serviços	23	7.828.065	7.260.965
Resultado de participações em coligadas e controladas	10	83.058	79.455
Outras receitas operacionais		59.605	26.925
Despesas administrativas	25	(1.377.976)	(1.362.825)
Despesas operacionais	26	(4.531.500)	(4.695.058)
Despesas tributárias	27	(730.204)	(671.858)
Despesas de pessoal	28	(292.465)	(305.850)
Resultado operacional		400.281	293.750
Despesas não operacionais		(103)	(307)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		400.178	293.443
Imposto de renda e contribuição social		63.341	88.315
Provisão para imposto de renda	18	-	(41.453)
Provisão para contribuição social	18	-	(15.549)
Imposto de renda diferido	18	63.341	145.317
Lucro líquido semestre		463.519	381.757
Quantidade de ações		1.696.010.372	1.662.133.845
Lucro líquido por ação (em R\$)		0,2733	0,2297

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais – R\$)

	<u>1º semestre</u>	<u>1º semestre</u>
	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Lucro líquido do semestre	463.519	381.757
Resultados abrangentes que poderão ser reclassificados para resultado em períodos subsequentes		
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros disponíveis para venda e instrumentos derivativos	(46.274)	(96.264)
Imposto de renda diferido	26.621	24.425
Resultado abrangente do semestre	443.866	309.918

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais - R\$)

Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros		Total do patrimônio líquido
				Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.678.580	-	364.587	4.826.550	(83.629)	9.786.088
Lucro líquido do semestre	21	-	-	381.757	-	381.757
Marcação a mercado sobre ativos financeiros	21	-	-	-	(76.177)	(76.177)
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	(4.752)	(4.752)
Res. BCB 4.966	21	-	-	-	(38.327)	(38.327)
Distribuição de dividendos	21	-	-	(266.031)	-	(266.031)
Saldos em 30 de junho de 2025	4.678.580	-	364.587	4.942.276	(202.885)	9.782.557
Lucro líquido do semestre	21	-	-	411.484	-	411.484
Aumento de Capital	21	795.082	-	(795.082)	-	-
Marcação a mercado sobre ativos financeiros	21	-	-	-	(44.515)	(44.515)
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	164	164
Distribuição de dividendos	21	-	-	(4.558.678)	-	(4.558.678)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.473.662	-	364.587	-	(247.236)	5.591.013
Lucro líquido do semestre	21	-	-	463.519	-	463.519
Reserva de capital	21	(4.044)	-	-	-	(4.044)
Marcação a mercado sobre ativos financeiros	21	-	-	-	(21.099)	(21.099)
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	1.446	1.446
Saldos em 30 de junho de 2026	5.473.662	(4.044)	364.587	463.519	(266.889)	6.030.835

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.
 Demonstrações dos Fluxos de Caixa
 Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025
 (Em milhares de Reais – R\$)

	Nota explicativa	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		400.178	293.443
Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa:			
Depreciação e amortização	25	926.919	894.788
Baixas de imobilizado sem ganho/perda	11	25.673	84.345
Equivalência	10	(83.058)	(79.455)
Total de perdas	26	59.728	98.771
Provisão para contingências	19	48.066	34.738
Juros, receita de aplicações financeiras e variação cambial, líquida		(164.056)	(64.989)
Variação de ativos e passivos operacionais			
Títulos e valores mobiliários		2.400.134	2.932.203
Reservas compulsórias		180.000	480.000
Contas a receber		(3.662.627)	(3.413.048)
Contas a receber (a pagar) de partes relacionadas		(329.558)	121.910
Instrumentos financeiros derivativos		211.916	76.014
Impostos a recuperar		3.086	(165.810)
Outras ativos		5.187	(6.112)
Depósitos judiciais		163.560	6.701
Obrigações com terceiros		(1.295.578)	(2.156.511)
Conta digital		(67.662)	(229.137)
Fornecedores		(122.671)	(166.514)
Salários e encargos sociais		(39.712)	(10.219)
Impostos a pagar		(176.588)	(35.138)
Provisão para contingências		(35.831)	11.832
Receita diferida		(19.361)	(23.268)
Outros passivos		(5.510)	(63.662)
Caixa utilizado pelas atividades operacionais		(1.577.766)	(1.413.856)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(9.956)
Juros recebidos		2.434.238	2.489.660
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		856.472	1.065.848
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	11	(474.696)	(575.701)
Aquisições de intangível	12	(591.054)	(575.474)
Caixa utilizado nas atividades de investimento		(1.065.750)	(1.151.175)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos	15	149.535.365	34.291.000
Pagamento de empréstimos	15	(149.353.770)	(34.291.692)
Pagamento de leasing	11	(11.037)	(9.913)
Pagamento de derivativos		(115.054)	-
Distribuição de dividendos	21	(844.648)	(266.031)
Caixa utilizado nas atividades de financiamento		(789.144)	(276.636)
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa		(998.422)	(361.963)
Saldo Inicial:			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	1.210.972	759.368
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	212.550	397.405
MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(998.422)	(361.963)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações gerais

O Pagseguro Internet Instituição de Pagamento S.A. ("PagSeguro"), uma subsidiária do PagSeguro Digital Ltd. ("PagSeguro Digital") e da BS Holding Ltda ("BS Holding"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 5 de setembro de 2006, sediada na cidade de São Paulo - SP, Brasil e, tem por objeto social: atuação como instituidor de arranjo de pagamento; instituição de pagamento nas modalidades de credenciador, e emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamento pós pago; desempenho de atividades pertinentes ou correlatas às mencionadas nos itens precedentes, incluindo, mas não se limitando, a veiculação de publicidade e desenvolvimento e facilitação de comércio eletrônico e liquidação financeira de transações relacionadas a determinado serviço de pagamento; e participação em outras sociedades, cujo objeto social seja relacionada, necessária ou conveniente a consecução do objeto social da sociedade no Brasil e/ou no exterior.

O PagSeguro obteve, em 17 de outubro de 2018, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, o Pagseguro passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

O PagSeguro tem como subsidiárias as empresas: Biva Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Biva Sec"), Concil Inteligência em Conciliação S.A. ("Concil"), Wirecard Brazil S.A. ("MoiP") e Netpos Serviços de Informática S.A. ("Netpos").

Contexto operacional das controladas:

- Biva Sec: O principal objetivo da empresa é adquirir e securitizar soluções de crédito, como empréstimos e cartão de crédito;
- Concil: A empresa tem por objeto social a prestação de serviços profissionais de processamento de dados, provedores de serviços de aplicativos, serviços de hospedagem de internet, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, licenciamento e cessão de direito de uso de informática
- MOIP: A empresa fornecia plataforma de pagamento online e processamento de pagamentos ponta a ponta para o comércio eletrônico. Em agosto de 2023, a MOIP deixou de gerar novas transações, as quais passaram a ser efetivadas pelo PagSeguro. Em outubro de 2025, a MOIP obteve o cancelamento da sua licença de funcionamento perante o BACEN dado que encerrou as suas operações.
- Netpos: As principais atividades da Netpos são soluções de software e hardware focadas em desenvolver melhores condições de gestão empresarial.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do PagSeguro foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN (Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução BCB 352/2023) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF.

Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo BACEN. Os CPCs já aprovados pelo BACEN e considerados para a elaboração dessa demonstração financeira estão sumarizados abaixo:

- CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro
- CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas
- CPC 06 (R2) - Arrendamentos
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 24 - Evento Subsequente
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- CPC 27 – Ativo Imobilizado
- CPC 28 – Propriedade para Investimento
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados
- CPC 41 – Resultado por ação
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente
- CPC 48 – Instrumentos Financeiros

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no semestre demonstrado. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As presentes demonstrações financeiras foram apreciadas pela Diretoria do PagSeguro em reunião realizada em 24 de agosto de 2026.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Conversão de moeda estrangeira

A moeda funcional e de apresentação é o Real. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3. Disponibilidades e caixa e equivalentes de caixa

São mantidos em disponibilidades os caixas e os equivalentes de caixa mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo, não para investimento ou qualquer outro fim.

O PagSeguro classifica como equivalentes de caixa uma aplicação financeira que pode ser imediatamente convertida em caixa e está associada a um risco imaterial de mudança em seu valor. O PagSeguro classifica aplicações financeiras com vencimentos originais de três meses ou menos como equivalentes de caixa.

Na demonstração financeira do semestre findo em 30 de junho de 2026, foi considerado caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do CMN nº 4.808 de 29/05/2020, dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações de interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação.

2.4. Ativos e passivos financeiros

O critério de classificação dos Ativos Financeiros dependerá tanto do modelo de negócio para sua gestão, bem como as características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se este atende ao critério de “somente principal e juros” (SPPJ). Com base no supracitado, o ativo será classificado como:

- **Custo Amortizado:** quando o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** quando o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

- Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

Os instrumentos financeiros estão classificados por categoria conforme apresentado na nota 32 da presente demonstração financeira.

2.5. Contas a receber

Os valores são principalmente relacionados a recebíveis de emissores de cartões de crédito/débito e adquirentes originados de transações por meio da plataforma do PagSeguro. Se o recebível é esperado em um ano ou menos, eles são classificados como ativo circulante. Caso contrário, eles são classificados como ativo realizável a longo prazo. Os recebíveis do PagSeguro são classificados como custo amortizado e uma parcela de certos recebíveis de emissores são administrados separadamente, o PagSeguro avaliou que o modelo de negócios apropriado para alguns recebíveis é mensurado pelo valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA).

Com base na avaliação de risco, o PagSeguro estabelece uma redução ao valor recuperável de contas a receber. A provisão considera que o saldo de relações interfinanceiras é composto principalmente de transações aprovadas por grandes instituições financeiras, com um nível baixo de risco e boas avaliações das principais agências de rating, sem histórico de atraso e default de forma que a administração concluiu que não é necessário um alto nível de provisão para o risco de perda de crédito nesses recebíveis. O PagSeguro realiza periodicamente essa avaliação de risco conforme descrito na nota 29. Além disso, essas instituições financeiras são os devedores legais dos acordos de recebíveis.

O PagSeguro incorre em despesas financeiras quando solicita receber o pagamento antecipado das relações interfinanceiras de instituições financeiras. A despesa financeira é reconhecida quando a instituição financeira concorda em liquidar um recebível devido em parcelas pré-pagas e é registrado como despesas operacionais na demonstração do resultado.

2.6. Investimentos

A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial, como demonstrado na nota 10.

Os ágios gerados relativos à aquisição de controladas serão amortizados pelo período de 5 anos.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Imobilizado em uso

Os itens do imobilizado são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Equipamento de processamento de dados	2,5 a 5 anos
Leasing	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 10 anos

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

2.8. Intangível

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo PagSeguro, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares. Os custos também incluem, se aplicável, os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada não superior a cinco anos.

2.9. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, o PagSeguro deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso.

2.10. Ágio

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios. O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado pelo prazo de cinco anos, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução no valor recuperável ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável. O ágio decorrente de investimentos em controladas é classificado na rubrica de investimento nas demonstrações financeiras, como demonstrado na nota 10.

2.11. Obrigações com terceiros e conta digital

As obrigações com terceiros referem-se a saldos devidos a clientes que utilizam a plataforma do PagSeguro. O PagSeguro reconhece o valor justo da transação, ou seja, o montante líquido do custo de transação. O valor da conta digital registrado se refere ao valor disponível para retirada do cliente e de obrigações com terceiros refere-se aos montantes a serem ainda repassados aos estabelecimentos comerciais referentes às transações feitas pelos portadores de cartões.

2.12. Empréstimos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo menos quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, exceto pelo derivativo embutido, que é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando os passivos são baixados, bem como por meio do processo de amortização pelo método dos juros efetivos. O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método de juros efetivos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na despesa de juros nas demonstrações de resultados.

2.13. Provisões

O PagSeguro é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias, previdenciárias e cíveis, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, histórico das ações, opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas para as provisões cujo risco de perda é remota, não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao PagSeguro, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.14. Reconhecimento da receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades do PagSeguro. As receitas de prestação de serviços são representadas substancialmente por:

- Receita com taxa de intermediação: receitas de taxas cobradas pela intermediação de pagamentos eletrônicos. São reconhecidas em termos brutos e os custos de transação relacionados são reconhecidos como despesas operacionais;
- Receita com pré-pagamento: taxa de desconto cobrada sobre os pagamentos antecipados de obrigações com terceiros (*merchants*). A receita é reconhecida quando é efetuado o pagamento para os *merchants* de forma antecipada referente aos recebíveis de origem de vendas parceladas, sendo registrada na rubrica de receita de prestação de serviços na demonstração do resultado; e
- Receita de adesão: taxa não reembolsável para adesão de clientes ao ecossistema de serviços providos pelo PagSeguro. A receita de adesão é diferida ao longo do tempo baseado nas métricas internas dos clientes do portfólio do PagSeguro. O saldo registrado no balanço é composto basicamente por esta receita diferida.

2.15. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do ano, com base no estatuto social, que prevê que, no mínimo, 1% do lucro líquido do exercício seja distribuído como dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos diretores em Reunião de Diretoria.

2.16. Plano de Incentivo de Longo Prazo (PILP Metas)

O PILP Metas foi estabelecido pelo PagSeguro em 18 de dezembro de 2018, conforme aprovado por nosso conselho de administração, e ratificado em 7 de agosto de 2019, 21 de fevereiro de 2020, 19 de janeiro de 2021, 16 de agosto de 2021 e 22 de dezembro de 2021. Os beneficiários do PILP Metas são selecionados pelo Comitê de Metas, composto por nosso Presidente do Conselho de Administração e dois diretores. Os beneficiários recebem prêmios, que podem ser pagos em dinheiro, ações ordinárias Classe A ou uma combinação das duas, a critério do Comitê, com base nas metas estabelecidas em nosso plano de participação nos resultados corporativos para o ano. Se qualquer parte de um prêmio for pagável em ações ordinárias Classe A, o valor relevante em reais será convertido em ações ordinárias Classe A em data de apuração que cairá até o último dia útil do mês de março

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

seguinte ao ano em que tal valor foi concedido. No plano PILP Metas, o respectivo pagamento deverá ser feito e/ou as ações ordinárias classe A entregues em até 10 dias úteis a partir dessa data de apuração.

Nas demonstrações financeiras do PagSeguro são registrados saldos de partes relacionadas a pagar junto ao PagSeguro Digital e despesas com pessoal relacionadas ao PILP-Metas.

2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Imposto de renda e contribuição social correntes

Os ativos e passivos fiscais para o ano corrente são calculados com base no valor recuperável esperado ou no valor a pagar às autoridades fiscais. As taxas de impostos e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são as promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço nos países onde o PagSeguro opera e gera renda tributável.

O imposto de renda e a contribuição social corrente relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. O PagSeguro avalia periodicamente as posições tributárias envolvendo interpretação da regulamentação tributária e estabelece disposições quando apropriado.

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 12%, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal em decorrência da Lei Complementar 225/2025, publicada em 26 de dezembro de 2025, foi aprovado um aumento progressivo da CSLL para instituições de pagamentos, alterando a contribuição anterior de 9%, incidente sobre o lucro ajustado, para 12% a partir de 2026 até 2027 e 15% em 2028.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos resultam de diferenças temporárias entre as bases tributárias dos ativos e passivos e seus valores contábeis na data do balanço.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto nas seguintes situações:

- Quando o passivo de impostos diferidos decorre do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação diferente de uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afeta o lucro contábil nem o lucro tributável;

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

Sobre diferenças de impostos temporárias relacionadas a investimentos em subsidiárias quando o momento da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não se reverterão no futuro previsível;

- Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos em todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais negativos, na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível contra o qual possam ser compensados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado à diferença temporária dedutível decorre do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação diferente de uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afeta a contabilização ou a perda de lucro tributável; e
- Os ativos tributários diferidos são reconhecidos nas diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas apenas na medida em que seja provável que as diferenças temporárias se reverterão no futuro previsível e que o lucro tributável estará disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil de ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que é provável que um lucro tributável suficiente esteja disponível para permitir que todo ou parte dos ativos fiscais diferidos sejam utilizados.

Os ativos de impostos diferidos não reconhecidos são revisados, em cada data de balanço, e reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir sua utilização.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados usando as taxas de imposto vigentes no ano em que os ativos serão realizados e os passivos serão liquidados. As taxas de imposto atualmente definidas de 25% para imposto de renda e 12% para contribuição social são usadas para calcular impostos diferidos. Em decorrência da Lei Complementar 225/2025, publicada em 26 de dezembro de 2025, foi aprovado um aumento progressivo da CSLL para instituições de pagamentos, alterando a contribuição de 9%, incidente sobre o lucro ajustado, para 12% a partir de 2026 até 2027 e 15% em 2028.

2.18. Benefícios a empregados

O PagSeguro reconhece um passivo e uma despesa com base na estimativa de pagamento da participação nos resultados. Esta é calculada conforme o cumprimento de metas estipuladas pela Administração. A participação nos resultados é destinada a todos os profissionais do PagSeguro.

A definição dos montantes pagos é aprovada em comitê específico e seu pagamento está vinculado ao atingimento de metas definidas pela administração.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.19. Capital social

Em 30 de junho de 2026 as ações ordinárias estão classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado líquido de impostos.

2.20. Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que:

I - Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Com base na definição acima, o PagSeguro não teve nenhuma operação classificada como não recorrente no semestre findo em 30 de junho de 2026.

2.21. Normas emitidas e adotadas

Alteração ao IFRS 9 e ao IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: emitida em maio de 2024, com o objetivo de:

I - Esclarecer os requisitos referentes ao momento do reconhecimento e da baixa de determinados ativos e passivos financeiros, incluindo uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de sistemas eletrônicos de transferência de caixa;

II - Esclarecer e fornecer orientações adicionais para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos exclusivamente de principal e juros (SPPI – Solely Payments of Principal and Interest); e

III - Incluir novas divulgações para determinados instrumentos cujos termos contratuais possam alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos com características vinculadas ao atingimento de metas ambientais, sociais e de governança corporativa - ESG);

As alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 entraram em vigor em 1º de janeiro de 2026. A Companhia não identificou impactos materiais nas demonstrações financeiras.

Melhorias Anuais às IFRS – Volume 1: emitidas em julho de 2024, com o objetivo de:

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

I - As melhorias anuais se limitam a alterações que esclarecem a redação de uma norma contábil ou corrigem consequências não intencionais relativamente pequenas, omissões ou conflitos entre os requisitos das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS); e

II - As Melhorias Anuais às IFRS entraram em vigor em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida sua adoção antecipada.

A Companhia não identificou impactos nas demonstrações financeiras.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos para o exercício, estão contempladas a seguir:

a) Contingências

O PagSeguro reconhece provisões para processos cíveis, tributários e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis e as decisões mais recentes dos tribunais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30 de junho de 2026</u>	<u>31 de dezembro de 2025</u>
Depósitos bancários	115.690	167.620
Aplicações interfinanceiras com liquidez	96.860	1.043.352
	212.550	1.210.972

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo e incluem valores disponíveis em contas bancárias e investimentos no Brasil e no exterior. A redução no período refere-se ao saldo na conta pix utilizado para cobertura de feriados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O valor de remuneração de caixa e equivalentes de caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2026 é de R\$15.188 (R\$ 32.501 para o semestre findo em 30 de junho de 2025).

5. Títulos e valores mobiliários

	30 de junho de 2026				
	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Valor de mercado
Fundos de investimento em renda fixa exclusivos - (a)	503	3.632.079	3.632.582	-	3.632.582
Debêntures - (b)	1.249.613	-	1.249.613	(265.708)	983.905
Letras financeira de renda fixa – (c)	198.519	524.546	723.065	-	723.065
Certificados de depósitos bancários (d)	3.700	-	3.700	-	3.700
	1.452.335	4.156.625	5.608.960	(265.708)	5.343.252

	31 de dezembro de 2025				
	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Valor de mercado
Fundos de investimento em renda fixa exclusivos (a)	412	3.849.260	3.849.672	-	3.849.672
Debêntures (b)	1.029.602	-	1.029.602	(218.958)	810.644
Letras financeira de renda fixa (c)	230.467	440.628	671.095	-	671.095
Certificados de depósitos bancários (d)	100.553	-	100.553	-	100.553
	1.361.034	4.289.888	5.650.922	(218.958)	5.431.964

(a) O saldo se refere ao saldo dos FIDCs. A remuneração dos FIDCs para o semestre findo em 30 de junho de 2026 foi de R\$1.903.427 (R\$2.240.329 para o semestre findo em 30 de junho de 2025).

(b) Os saldos referem-se a debêntures lastreadas em créditos de cartões de créditos e empréstimos da Biva Sec, controlada direta do PagSeguro. O valor de remuneração para o semestre findo em 30 de junho de 2026 é de R\$66.851 (R\$82.350 para o semestre findo em 30 de junho de 2025).

(c) Os saldos referem-se Letras Financeiras adquiridas pelo mercado secundário e com o Banco seguro no montante de R\$422.958 para o semestre findo em 30 de junho de 2026 (R\$390.650 para o semestre findo em 31 de dezembro de 2025). O valor de remuneração para o semestre findo em 30 de junho de 2026 é de R\$52.098 (R\$41.994 para o semestre findo em 30 de junho de 2025).

(d) Os saldos referem-se a certificados de depósitos bancários adquiridos no mercado, a remuneração do semestre findo em 30 de junho de 2026 é de R\$7.864 (R\$0 no semestre findo em 30 de junho de 2025).

6. Reservas compulsórias

Consiste na reserva de moeda eletrônica para atendimento às exigências de instituições de pagamento autorizadas, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil, no montante de R\$ 1.129.459 em 30 de junho de 2026 com uma remuneração de R\$73.715 no semestre findo em 30 de junho de 2026 (R\$70.170 para o semestre findo em 30 de junho de 2025).

7. Contas a receber

	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Emissores – Custo amortizado(i)	52.114.963	51.404.500
Emissores – VJORA (i)	4.856.616	4.284.940
PDD - Adquirência	(32.282)	(31.607)
Cartão de crédito (ii)	796.056	672.479
PDD – Cartão de crédito	(133.145)	(74.869)
Outros	3.860	71.453
Total	57.606.068	56.326.896
Curto prazo	56.977.869	55.858.539
Longo prazo	628.199	498.357

Emissores: contas a receber derivadas de transações que o PagSeguro atua como intermediador financeiro de operações com bancos emissores. Decorrente de acordos de intermediação entre o PagSeguro e as bandeiras Visa, Mastercard, Hipercard, Elo ou Amex. No entanto, os recebíveis contratuais do PagSeguro são com as instituições financeiras, as quais são os devedores legais das contas a receber. Além disso, os valores devidos no prazo de 27 dias a partir da transação original, incluindo os que são devidos com a primeira parcela de prestação de contas a receber, são garantidos pela Visa, Mastercard, Hipercard, Elo ou Amex, conforme aplicável, no caso de os devedores legais não efetuarem o pagamento. O PagSeguro avaliou que o modelo de negócio apropriado de alguns emissores de cartões que é mantido pelo PagSeguro como parte da gestão de liquidez, é mantido para venda e mensurado pelo VJORA. Portanto, parte dos recebíveis, no valor de R\$4.856.616 (R\$4.284.940 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025), é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A perda não realizada na marcação a mercado de contas a receber, líquida de impostos, no semestre findo em 30 de junho de 2026, totalizou R\$21.098 (R\$75.863 para o semestre findo em 30 de junho de 2025).

(i) Trata-se do saldo bruto dos recebíveis de cartões de créditos de compras à vista, parcelado estabelecimento e faturas do portador.

As contas a receber por prazo de vencimento são representados como segue:

	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
A vencer em até 30 dias	22.235.693	23.681.171
A vencer em até 31 a 120 dias	21.084.900	18.827.887
A vencer em até 121 a 180 dias	6.522.750	6.558.047
A vencer em até 181 a 365 dias	7.134.526	6.761.434
Acima de 365 dias	628.199	498.357
Total	57.606.068	56.326.896

8. Impostos a recuperar

	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Imposto de renda e contribuição social (i)	955.520	912.842
Pis e COFINS (ii)	266	27.580
Total – curto prazo	955.786	940.422

(i) Refere-se principalmente aos montantes oriundos das operações do FIDC.

(ii) Refere-se ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar sobre atividades de transação e outros serviços.

9. Depósitos judiciais

O PagSeguro obteve decisões judiciais para recolher em juízo, via depósito judicial, montantes relacionados as contingências tributárias, cíveis e trabalhistas. Os depósitos judiciais são compostos, conforme abaixo:

	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Tributárias (i)	291.333	448.016
Cíveis	34.834	32.118
Trabalhistas	18.217	11.804
	344.384	491.938

(i) Redução decorre da conversão de um depósito judicial após decisão liminar favorável do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu os efeitos da Lei Complementar nº 157/2016, resultando em desfecho favorável ao município na disputa relacionada ao Imposto Sobre Serviços (ISS).

Abaixo está demonstrado a movimentação dos depósitos judiciais no semestre findo em 30 de junho de 2026:

Em 31 de dezembro de 2024	445.313
Adições	32.796
Baixas	(20.090)
Atualizações	33.919
Em 31 de dezembro de 2025	491.938
Adições	15.743
Baixas	(179.304)
Atualizações	16.007
Em 30 de junho de 2026	344.384

10. Investimentos

Informações das investidas em 30 de junho de 2026

Controladas diretas	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro do semestre	Participação no capital social e votante (%)	Equivalência patrimonial	Investimentos em controladas
BivaSec	0	172.615	24.159	100,00	24.159	172.615
MOIP	705.060	744.372	38.691	100,00	38.691	744.372
Concil	321.037	357.582	17.017	100,00	17.017	357.582
Netpos	5	4.197	3.191	100,00	3.191	4.197
Total					83.058	1.278.766
Ágio gerado aquisição controladas						279.357
Amortização de ágio acumulada						(264.055)
Total						1.294.068

Informações das investidas em 31 de dezembro de 2025, exceto equivalência para o semestre findo em 30 de junho de 2025

Controladas diretas	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Participação no capital social e votante (%)	Equivalência patrimonial	Investimentos em controladas
BivaSec	0	148.455	62.791	100,00	35.151	148.455
MOIP	705.060	705.681	75.733	100,00	27.668	705.681
Concil	321.037	340.565	32.318	100,00	15.280	340.565
Netpos	5	1.006	3.358	100,00	1.356	1.006
Total					79.455	1.195.707
Ágio gerado aquisição controladas						279.357
Amortização de ágio acumulada						(255.822)
Total						1.219.242

Notas explicativas às demonstrações
financeiras

30 de junho de 2026

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

30 de junho de 2026			
Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Máquinas e equipamentos (a)	4.955.874	(2.638.037)	2.317.837
Equipamentos de processamento de dados	279.158	(140.966)	138.192
Benfeitorias imóveis de terceiros	22.137	(10.621)	11.516
Leasing (b)	186.703	(109.871)	76.832
Outros	48.134	(37.594)	10.540
Total	5.492.006	(2.937.089)	2.554.917

31 de dezembro de 2025			
Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Máquinas e equipamentos	4.608.698	(2.304.232)	2.304.466
Equipamentos de processamento de dados	264.027	(129.645)	134.382
Benfeitorias imóveis de terceiros	22.109	(9.515)	12.594
Leasing	175.112	(98.989)	76.123
Outros	45.030	(34.010)	11.020
Total	5.114.976	(2.576.391)	2.538.585

Movimentação do imobilizado:

	Máquinas e equipamentos (a)	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias imóveis de terceiros (b)	Leasing	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2024						
Custo	4.293.816	259.824	18.991	163.003	39.713	4.775.346
Depreciação acumulada	(1.989.240)	(107.716)	(7.569)	(79.416)	(22.084)	(2.206.025)
Saldo contábil, líquido	2.304.576	152.108	11.422	83.587	17.629	2.569.321
Em 31 de dezembro de 2025						
Custo	314.882	5.593	3.118	10.719	5.317	339.629
Adições	1.019.866	10.779	3.134	10.719	9.442	1.053.940
Baixas	(704.984)	(5.186)	(16)	-	(4.125)	(714.311)
Depreciação	(314.992)	(21.929)	(1.946)	(19.573)	(11.926)	(370.366)
Adições	(839.526)	(26.175)	(1.946)	(19.573)	(13.748)	(900.968)
Baixas	524.534	4.246	-	-	1.822	530.602
Saldo contábil, líquido	2.304.466	134.382	12.594	76.123	11.020	2.538.585
Em 31 de dezembro de 2025						
Custo	4.608.698	264.027	22.109	175.112	45.030	5.114.976
Depreciação acumulada	(2.304.232)	(129.645)	(9.515)	(98.989)	(34.010)	(2.576.391)
Saldo contábil, líquido	2.304.466	134.382	12.594	76.123	11.020	2.538.585
Em 30 de junho de 2026						
Custo	347.177	15.131	28	11.590	3.104	377.030
Adições	451.253	19.521	28	11.590	3.895	486.287
Baixas	(104.076)	(4.390)	-	-	(791)	(109.257)
Depreciação	(333.806)	(11.321)	(1.106)	(10.881)	(3.584)	(360.698)
Adições	(414.396)	(13.917)	(1.106)	(10.881)	(3.982)	(444.282)
Baixas (c)	80.590	2.596	-	-	398	83.584
Saldo contábil, líquido	2.317.837	138.192	11.516	76.832	10.540	2.554.917
Em 30 de junho de 2026						
Custo	4.955.875	279.158	22.137	186.702	48.134	5.492.006
Depreciação acumulada	(2.638.038)	(140.966)	(10.621)	(109.870)	(37.594)	(2.937.089)
Saldo contábil, líquido	2.317.837	138.192	11.516	76.832	10.540	2.554.917

11. Imobilizado - Continuação

(a) O valor contábil de custo de máquinas e equipamentos inclui o montante de R\$4.872.346 referentes às máquinas POS (R\$4.525.035 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025), as quais apresentam vida útil de 5 anos. A depreciação acumulada das máquinas POS no semestre findo em 30 de junho de 2026 é de R\$2.598.228 (R\$2.268.242 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025).

(b) Em 30 de junho de 2026, o PagSeguro possuía um passivo de arrendamento registrado em outros passivos circulantes no valor de R\$ 22.200 (R\$19.133 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025) e no passivo não circulante no valor de R\$57.514 (R\$59.696 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025). No semestre findo em 30 de junho de 2026 incorreu custos financeiros relacionados a esses arrendamentos no valor de R\$ 11.037 (R\$9.913 para o semestre findo em 30 de junho de 2025).

(c) O valor contábil líquido das baixas está impactado por R\$22.141 (R\$73.792 para o semestre findo em 30 de junho de 2025) referentes a baixa de POS, sendo R\$59.448 de custo (R\$251.315 para o semestre findo em 30 de junho de 2025) e R\$37.307 de depreciação (R\$177.523 para o semestre findo em 30 de junho de 2025). Para esses casos o PagSeguro vem revisando sua estratégia de negócios para um grupo específico de lojistas e observou que nenhum benefício econômico futuro deles é esperado, resultando na baixa de dispositivos POS alocados a esses lojistas.

12. Intangível

30 de junho de 2026			
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Gastos com software e tecnologia	6.606.313	(3.861.249)	2.745.064
Direito de uso de software	385.849	(253.315)	132.534
Marcas e patentes	25	-	25
	6.992.187	(4.114.564)	2.877.623

31 de dezembro de 2025			
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Gastos com software e tecnologia	6.041.250	(3.369.068)	2.672.182
Direito de uso de software	359.860	(227.857)	132.003
Marcas e patentes	25	-	25
	6.401.135	(3.596.925)	2.804.210

12. Intangível - Continuação

Movimentação do intangível:

	Gastos com software e tecnologia	Direito de uso de software	Marcas e patentes	Total
Em 31 de dezembro de 2024				
Custo	4.913.661	307.283	25	5.220.969
Amortização acumulada	(2.480.530)	(178.101)	-	(2.658.631)
Saldo contábil, líquido	2.433.131	129.182	25	2.562.338
Em 31 de dezembro de 2025				
Custo	1.127.589	52.577	-	1.180.166
Adições	1.128.057	52.577	-	1.180.634
Baixas	(468)	-	-	(468)
Amortização	(888.538)	(49.756)	-	(938.294)
Adições	(888.538)	(49.785)	-	(938.323)
Baixas	-	29	-	29
Saldo contábil, líquido	2.672.182	132.003	25	2.804.210
Em 31 de dezembro de 2025				
Custo	6.041.250	359.860	25	6.401.135
Amortização acumulada	(3.369.068)	(227.857)	-	(3.596.925)
Saldo contábil, líquido	2.672.182	132.003	25	2.804.210
Em 30 de junho de 2026				
Custo	565.063	25.990	-	591.053
Adições (a)	565.063	25.990	-	591.053
Amortização	(492.181)	(25.459)	-	(517.640)
Adições	(492.181)	(25.459)	-	(517.640)
Saldo contábil, líquido	2.745.064	132.534	25	2.877.623
Em 30 de junho de 2026				
Custo	6.606.313	385.850	25	6.992.188
Amortização acumulada	(3.861.249)	(253.316)	-	(4.114.565)
Saldo contábil, líquido	2.745.064	132.534	25	2.877.623

(a) As adições se referem aos gastos com desenvolvimento de software, principalmente relacionados a melhora da experiência do cliente, tais como: Adquirência, emissão, conta digital, pagamento digital, aplicativo de celular, novas plataformas estruturais de dados e digitais, entre outros. Adicionalmente, foi realizada avaliação no reconhecimento contábil dos ativos intangíveis gerados internamente e que têm como objetivo tornar essas práticas mais aderentes aos requerimentos da Resolução BCB nº7/20.

13. Obrigações com terceiros

As contas a pagar aos estabelecimentos, no montante de R\$ 13.688.773 (R\$14.990.819 em 31 de dezembro de 2025) correspondem, principalmente, aos valores a serem pagos aos estabelecimentos relacionados às transações realizadas pelos seus titulares de cartão, líquidos das taxas de intermediação e dos descontos aplicados.

14. Conta digital

Refere-se ao montante de R\$ 865.506 (R\$933.168 em 31 de dezembro de 2025) das contas de pagamentos dos estabelecimentos comerciais para o qual o PagSeguro mantém saldo em moeda eletrônica para atender a determinadas exigências, conforme mencionado na nota explicativa 6.

15. Empréstimos

A composição dos empréstimos está demonstrada abaixo:

Originação	Vencimento	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
2025	2025 (i)	-	989.076
2025	2026	-	800.454
2025	2026 (i)	600.779	647.316
2025	2026 (ii)	44.263.495	41.050.308
2026	2027 (i)	299.283	-
2026	2027 (i)	597.722	-
Total		45.761.279	43.487.154

(i) Os empréstimos foram contratados em moeda estrangeira, conforme mencionado na nota 33.

(ii) O saldo refere-se ao empréstimo intercompany realizado junto ao BancoSeguro. No semestre findo em 30 de junho de 2026 foram reconhecidas despesas financeiras no montante de R\$2.603.025 (R\$2.299.288 no semestre findo em junho de 2025)

O saldo de empréstimos refere-se a recursos para capital de giro relacionados à operação de pré-pagamento e à concessão de crédito. Esses empréstimos têm taxas de juros atrativas e têm um prazo de vencimento substancialmente curto, portanto, a decisão de captar recursos por meio de empréstimos é baseada em oportunidades de mercado e eficiência financeira, independentemente do instrumento utilizado.

Em 30 de junho de 2026, o PagSeguro registrou os efeitos dos derivativos de swap no passivo no montante de R\$179.614 conforme mencionado na nota 33.

A movimentação dos empréstimos está demonstrada abaixo:

31 de dezembro de 2024	Adições	Pagamentos	Juros	Instrumentos financeiros	31 de dezembro de 2025
38.225.852	92.846.969	(92.984.051)	5.398.384	-	43.487.154

31 de dezembro de 2025	Adições	Pagamentos	Juros	Instrumentos financeiros	30 de junho de 2026
43.487.154	149.535.365	(149.353.770)	2.225.409	(132.879)	45.761.279

16. Partes relacionadas

i) Saldos e transações com partes relacionadas

	30 de junho de 2026		31 dezembro de 2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Controladora				
PagSeguro Digital Ltd. (a)	-	341.072	-	269.607
Universe Online S/A (b)	-	41.219	-	12.423
Controladas e Afiliadas				
BancoSeguro (c)	193.346	40.919	153.811	296.407
Net+Phone Telecomunicações Ltda (d)	-	74.130	-	75.019
Compasso Informática S.A. (e)	-	8.089	-	11.052
Outros	7.618	5.056	10.223	6.997
	200.964	510.485	164.034	671.505
Curto prazo	200.964	510.485	164.034	671.505

(a) Saldo passivo relacionado ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (PILP).

(b) Compra de serviços de publicidade, suporte técnico em informática e por repasse de despesas, principalmente relacionadas a despesas de pessoal.

(c) O saldo ativo refere-se substancialmente ao rebate, além de liquidações a serem ocorridas na distribuição dos produtos. O saldo passivo refere-se a liquidações a serem ocorridas referentes a distribuição dos produtos do Banco pela plataforma do PagSeguro.

(d) O saldo aos valores de subsídio efetuado pelo PagSeguro para empresa Net+Phone Telecomunicações, em relação as operações de atendimento.

(e) O saldo passivo refere-se a compra de serviços de informática e desenvolvimento de software.

ii) Receitas e despesas provenientes de transações com partes relacionadas:

	30 de junho de 2026		30 de junho de 2025	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Controladora final				
Universe Online S/A (a)	1.732	133.189	1.895	131.172
Controladas e Afiliadas				
BancoSeguro (b)	566.751	56.425	440.343	58.301
PagSeguro Tecnologia Ltda (c)	20.791	-	16.726	-
Net+Phone Telecomunicação Ltda. (d)	-	9.612	-	25.622
Compasso Informática S.A. (e)	-	52.195	-	81.751
Compasso Tecnologia Ltda (f)	-	3.521	-	4.651
Outros	7.538	17.532	9.245	9.012
	596.812	272.474	468.209	310.509

(a) Compartilhamento de custos de serviços relacionados sobretudo a folha de pagamento de funcionários e serviços de publicidade, em relação a receita se refere aos fees cobrados na intermediação.

(b) As receitas referem-se substancialmente ao comissionamento referente a distribuição de produtos e as despesas aos custos de consultoria e software pagos pelo PagSeguro e repassados ao BancoSeguro.

(c) As receitas referem-se a intermediação de serviços, a PagSeguro Tecnologia atua como facilitador de pagamentos.

(d) O montante refere-se aos valores referente a custos administrativos, consultorias e softwares pagos pelo PagSeguro.

(e) Serviços de suporte técnico em informática e hospedagem (cloud).

(f) Refere-se a compra de serviços de informática e desenvolvimento de software.

16. Partes Relacionadas—Continuação

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores do PagSeguro. A remuneração paga aos diretores do PagSeguro para o semestre findo em 30 de junho de 2026 foi de R\$13.272 (R\$22.973 para o semestre findo em 30 de junho de 2025).

17. Impostos a pagar

	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Impostos		
COFINS (a)	405.396	407.765
PIS (a)	65.474	65.793
ISS (b)	31.393	203.725
Imposto de renda e contribuição social	12.585	14.145
Outros	826	834
Total – curto prazo	515.674	692.262

(a) O saldo referem-se substancialmente a operação do FIDC.

(b) A redução refere-se substancialmente a conversão em renda do depósito de ISS, conforme citado na nota 9.

18. Imposto de renda corrente e diferido

	Lei do bem (ii)	Outras diferenças temporárias - ativo	FIDC 1.585/2015 (iii)	Outras diferenças temporárias – passivo	Total
Em 31 de dezembro de 2024	(835.988)	449.512	(1.235.908)	(74.126)	(1.696.510)
Incluído na demonstração do resultado	(159.143)	194.613	31.344	(63.551)	3.263
Outros resultados abrangentes		7.568			7.568
Em 31 de dezembro de 2025 (iv)	(995.131)	651.693	(1.204.564)	(137.677)	(1.685.679)
Incluído na demonstração do resultado	(23.685)	(25.487)	115.256	(2.720)	63.364
Outros resultados abrangentes		26.620			26.620
Em 30 de junho de 2026	(1.018.816)	652.826	(1.089.308)	(140.397)	(1.595.695)
Imposto de renda diferido ativo					652.826
Imposto de renda diferido passivo					2.248.521

(i) Os impostos diferidos incluem os aumentos das alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) relacionados à Lei Complementar nº 224/2025.

(ii) Ao benefício obtido da lei de tecnologia da informação (lei do bem), o qual reduz o valor devido de imposto de renda e contribuição social na proporção dos investimentos do PagSeguro em intangíveis, capitalizados quando relacionados à inovação tecnológica.

(iii) O imposto de renda e contribuição social sobre o FIDC é constituído de forma diferida e somente pago no momento da amortização das cotas.

(iv) Em 31 de dezembro de 2025 foi reconhecido o aumento nas taxas da CSLL devido a Lei Complementar Nº. 224/2025 resultando em uma despesa de R\$142.305.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para compensar prejuízos fiscais na medida em que a realização do benefício fiscal relacionado por meio de lucros tributáveis futuros seja provável. Ambos os saldos registrados no ativo e passivo são não circulantes. A expectativa de realização do saldo é até 2030.

18. Imposto de renda corrente e diferido—Continuação

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social registrados nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025:

	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025
Lucro líquido do semestre antes do imposto de renda e da contribuição social	400.178	293.442
Alíquota vigente	37%	34%
Expectativa da despesa de imposto de renda e contribuição social em relação ao lucro contábil antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente:	(148.066)	(99.770)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:		
Adições (exclusões) permanentes:		
Benefício com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.195/05	163.326	148.269
Equivalência patrimonial	30.732	27.015
Outras adições (exclusões)	17.349	12.801
Despesa com imposto de renda e contribuição social registrada no resultado do semestre	63.341	(88.315)
Provisão para imposto de renda	-	(41.453)
Provisão para contribuição social	-	(15.549)
Ativo fiscal diferido	63.341	145.317

19. Provisões para contingências

O PagSeguro é parte em litígios trabalhistas e cíveis em andamento e está discutindo tais questões nas esferas administrativa e judicial, para as quais, em alguns casos, o PagSeguro efetuou os depósitos judiciais correspondentes. A probabilidade de um resultado negativo é avaliada periodicamente e ajustada pela administração, quando apropriado. Tal avaliação considera a opinião de seus assessores jurídicos externos.

	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Cíveis	79.519	78.290
Trabalhistas	43.665	28.290
Total	123.184	106.580
Curto prazo	67.376	61.349
Longo prazo	55.808	45.231

A movimentação das contingências está demonstrada abaixo:

Em 31 de dezembro de 2025	78.176
Adições	85.045
Pagamentos	(60.251)
Atualizações	3.610
Em 31 de dezembro de 2025	106.580
Adições	48.066
Pagamentos	(35.831)
Atualizações	4.369
Em 30 de junho de 2026	123.184

O PagSeguro é parte em ações tributárias, trabalhistas e cíveis com riscos classificados pelos assessores jurídicos como de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída em 30 de junho de 2026. As ações classificadas como perda possível totalizam R\$845.922 (R\$757.025 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025).

19. Provisão para contingências—Continuação

Em 15 de outubro de 2021, o PagSeguro foi autuado pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) por não recolhimento de IOF sobre operações financeiras (“IOF”) sobre empréstimos entre empresas do grupo. O IOF incide sobre operações de crédito de qualquer natureza, inclusive empréstimos *intercompany*, o valor desta autuação foi de R\$386.899 (R\$343.622 em 31 de dezembro de 2025). O PagSeguro apresentou sua defesa, esclarecendo que as operações realizadas entre o PagSeguro e suas controladas não são operações de crédito. A Companhia possui um caixa centralizado e, de acordo com a lei, esse tipo de operação não é tributável pelo IOF.

Adicionalmente o PagSeguro possui processos de impostos trabalhistas totalizando o valor de R\$277.523 (R\$254.869 em 31 de dezembro de 2025).

20. Salários e encargos sociais

	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Salários e participações nos lucros	161.868	170.224
Encargos sociais	100.926	127.193
Outros	2.092	7.181
Total – curto prazo	264.886	304.598

21. Patrimônio líquido

Capital social

Em 30 de junho de 2026, o capital social totalmente subscrito e integralizado, é de R\$5.473.662 (R\$5.473.662 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025), representado por 831.066.923 ações ordinárias, sem valor nominal e 864.943.449 ações preferenciais.

Reserva legal

A reserva legal é constituída de acordo com o Estatuto, sendo 5% do lucro líquido até o limite de 20% do capital social realizado. A reserva legal totalizou um montante de R\$364.587 (R\$364.587 em 31 de dezembro de 2025) e somente será utilizada para aumento do capital ou para absorção de prejuízos.

Reserva de retenção de lucros

Houve a constituição de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 463.519 referente ao lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2026 (não houve a constituição em 31 de dezembro de 2025).

21. Patrimônio Líquido—Continuação

Ajustes de avaliação patrimonial

O PagSeguro reconhece nesta rubrica o ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros negativo no valor de R\$266.889 (R\$247.236 em 31 de dezembro de 2025), sendo um ajuste negativo de R\$21.099 (R\$120.692 em 31 de dezembro de 2025) devido a marcação a mercado dos ativos financeiros e um impacto positivo de R\$1.446 (R\$4.588 impacto negativo em 31 de dezembro de 2025) referente ao efeito dos derivativos contratados nos empréstimos.

Dividendos

A administração do PagSeguro deliberou a distribuição de R\$3.344.150 em 31 de dezembro de 2025. A Companhia realizou os pagamentos de R\$250.000, R\$294.648 e R\$300.000 durante os meses de janeiro, março e abril, respectivamente, aos seus respectivos sócios de acordo com a liberalidade aprovada no fim do exercício anterior, o saldo remanescente de dividendos a pagar em 30 de junho de 2026 é de R\$2.499.502.

22. Receitas operações com títulos e valores mobiliários

	<u>30 de junho de 2026</u>	<u>30 de junho de 2025</u>
Fundos de investimentos (i)	1.903.427	2.240.329
Depósitos compulsórios	73.715	70.170
Debêntures	66.851	82.350
Letras financeiras	52.098	41.995
Títulos privados	7.864	20.053
Outros	15.188	12.447
Total	2.119.143	2.467.344

(i) O saldo refere-se substancialmente a receita de aplicação com os FIDCs, conforme saldo apresentado na nota 5.

23. Receitas de prestação de serviços

	<u>30 de junho de 2026</u>	<u>30 de junho de 2025</u>
Receita de intermediação	3.889.945	3.986.282
Receita com pré-pagamento	3.413.949	2.926.534
Comissionamento	464.532	263.361
Receita de adesão	74.875	94.358
Outras receitas	2.695	5.098
Cancelamentos	(17.931)	(14.668)
Total	7.828.065	7.260.965

24. Despesas de operações de empréstimos e repasses

	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025
Juros s/ empréstimos - no país (i)	(2.658.207)	(2.394.540)
Juros s/ empréstimos - no exterior	(99.238)	(109.381)
Custo de SWAP	-	(1.428)
Total	(2.757.445)	(2.505.349)

- (i) Sobre os juros de empréstimos no país, o montante de R\$2.603.025 em 30 de junho de 2026 (R\$2.299.288 em 30 de junho de 2025) é com o BancoSeguro, demonstrado na nota 15.

25. Despesas administrativas

	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025
Depreciação e amortização	(516.902)	(477.461)
Marketing e publicidade	(438.819)	(468.875)
Despesas com software	(294.887)	(304.797)
Contingências	(62.204)	(36.304)
Honorários e consultorias	(39.211)	(38.056)
Outras	(25.953)	(37.332)
	(1.377.976)	(1.362.825)

26. Despesas operacionais

	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025
Custo da transação	(3.302.697)	(3.346.238)
Depreciação e amortização	(410.017)	(417.327)
Subsídio (i)	(375.634)	(380.014)
Antecipação de recebíveis	(292.039)	(306.703)
Total de perdas	(59.728)	(98.771)
Manutenção de equipamentos	(52.112)	(39.138)
Armazenagem de equipamentos	(26.412)	(31.932)
Baixa de ativos	(11.083)	(74.557)
Outras	(1.778)	(378)
	(4.531.500)	(4.695.058)

- (i) Saldo refere-se aos valores de subsídio efetuado pelo PagSeguro para empresa Net+Phone Telecomunicações, em relação as operações de atendimento.

27. Despesas tributárias

	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025
COFINS	(561.731)	(528.820)
PIS	(109.564)	(103.158)
ISS	(40.970)	(28.999)
Outros	(17.939)	(10.881)
	(730.204)	(671.858)

28. Despesas com pessoal

	30 de junho de 2026	30 de junho de 2025
Salários e encargos	(177.824)	(196.375)
Benefícios	(70.034)	(60.629)
Participações nos lucros	(44.607)	(48.846)
Total	(292.465)	(305.850)

29. Gerenciamento de risco

As atividades do PagSeguro a expõem a diversos riscos: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco operacional, risco de fraude (total de perdas), risco de crédito, risco de liquidez e prevenção à lavagem de dinheiro. O programa de gestão de riscos do PagSeguro concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do PagSeguro que utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, quando aplicável.

Entre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio do PagSeguro, destacam-se:

i) Risco cambial

O risco cambial ocorre quando operações à vista ou futuras são mantidas em moeda diferente da moeda funcional do PagSeguro. Uma vez que nossa exposição cambial está basicamente relacionada ao saldo de equivalentes de caixa em moeda estrangeira e os empréstimos os quais possuem instrumentos derivativos para proteção, portanto, o risco cambial é irrelevante no contexto do PagSeguro.

ii) Risco Operacional

O PagSeguro define e trata o gerenciamento do Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes dos seguintes eventos: a) falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas; e b) de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como de sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros oriundos das atividades desenvolvidas por uma instituição de pagamento, conforme a Circular Bacen nº 3.681/2013.

As atribuições relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos operacionais do PagSeguro, se dá a partir dos procedimentos de: mapeamento, identificação, avaliação, mensuração, mitigação, controle e monitoramento dos riscos operacionais, com reportes periódicos ao corpo diretivo.

29. Gerenciamento de risco—Continuação

iii) Riscos de fraude (“total de perdas”)

O PagSeguro utiliza dois processos para controlar o risco de fraude:

O primeiro consiste no monitoramento, em tempo real, via sistema antifraude das transações efetuadas com cartões de crédito, débito e boletos, que aponta, identifica, aprova ou recusa transações suspeitas de fraude no momento da autorização, a partir de modelos estatísticos revisados periodicamente.

O segundo processo tem a função detectiva para tratamento de *chargebacks* e disputas, onde o primeiro processo não identificou a fraude. Este processo retroalimenta o primeiro para aumentar a capacidade de evitar novas fraudes.

iv) Riscos de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, seja pelo tomador ou pela contraparte, de suas obrigações financeiras definidas nos termos pactuados, bem como a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação do risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relacionados ao não cumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

No PagSeguro, o risco de crédito se resume à possibilidade de inadimplência:

- os emissores do cartão, que têm a obrigação de repassar ao PagSeguro as taxas cobradas pelas transações realizadas pelos titulares de seus cartões, e/ou
- os subadquirentes, que são utilizados pelo PagSeguro para aprovar transações com os emissores.

Para a mitigação deste risco, o PagSeguro instituiu um Comitê de Risco de Crédito cuja função é analisar o nível de risco de cada um dos emissores de cartão capturados pelo PagSeguro e assim classificá-los em três grupos:

- Emissores de cartão com baixo nível de risco, avaliados pelos ratings das agências FITCH, S&P e Moody's e são dispensados de monitoramento adicional;
- Emissores de cartão com nível de risco médio e que são monitorados, também, pelos Indicadores de Basiléia e imobilização; e
- Emissores de cartão com nível de risco alto e que são avaliados pelo Comitê em reuniões mensais.

29. Gerenciamento de risco – Continuação

Adicionalmente, o gerenciamento de riscos de crédito prevê procedimentos para recuperação de créditos relacionado aos estágios de risco de perda, a rolagem e/ou renegociação dos créditos, não se limitando as premissas da circular 3.681/13 do BACEN.

v) Risco de liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de o PagSeguro não honrar suas obrigações, correntes e futuras, incluindo-se as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar de forma relevante suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de o PagSeguro não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O PagSeguro gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros, com o objetivo de garantir recursos suficientes para honrar os compromissos com os estabelecimentos e às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e outros instrumentos financeiros, escolhendo instrumentos com liquidez adequada, fornecendo a segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 30 de junho de 2026, o PagSeguro mantinha caixa e caixa equivalentes de R\$212.550.

O PagSeguro possui apenas posições de instrumentos financeiros e empréstimos indexados ao CDI. O PagSeguro conduziu uma análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros a que os instrumentos financeiros e os empréstimos que estão expostos em 30 de junho de 2026. Para esta análise, adotamos alguns cenários simulados para os juros futuros, considerando a manutenção do CDI em 13,90%, um decréscimo de 1% do CDI (totalizando 12,90%) e uma expectativa com a queda para 13,65% do CDI. Com isso, o resultado da receita financeira (com relação aos investimentos financeiros) e despesas financeiras (com relação ao certificado de depósito e títulos corporativos) seriam impactadas da seguinte forma:

Em 30 de junho de 2026:

Transação	Montante	Cenário simulado com manutenção do CDI (13,90%)	Provável cenário com redução para 13,65%	Cenário simulado com redução para 12,90%
Investimentos com liquidez	96.860	13.464	13.221	12.495
Títulos e valores mobiliários	1.756.350	244.387	239.991	226.805
Reservas compulsórias	1.129.459	156.995	154.171	145.700
Empréstimos	45.761.279	(6.360.818)	(6.246.415)	(5.903.205)
Contas digitais	865.506	(48.122)	(47.257)	(44.660)
Total		(5.994.094)	(5.886.289)	(5.562.865)

29. Gerenciamento de risco -Continuação

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros do PagSeguro, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Vence em 30 dias	Vence de 31 a 120 dias	Vence de 121 a 180 dias	Vence de 181 a 360 dias	Vence após 361 dias
Em 30 de junho de 2026					
Obrigações com terceiros	8.908.464	2.750.757	904.728	1.034.842	96.882
Contas digitais	865.506	-	-	-	-
Fornecedores	499.020	467	-	-	-
Contas a pagar de partes relacionadas	510.485	-	-	-	-
Empréstimos	27.042.938	18.638.189	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025					
Obrigações com terceiros	9.826.484	3.372.414	834.467	901.523	55.931
Contas digitais	938.534	-	-	-	-
Fornecedores	621.956	2.462	-	-	-
Contas a pagar de partes relacionadas	671.505	-	-	-	-
Empréstimos	19.295.753	17.982.172	6.760.146	724.509	-

vi) Prevenção à lavagem de dinheiro

O PagSeguro possui como instrumentos de controle, políticas e procedimentos de monitoramento das operações de clientes, fornecedores e parceiros, a fim de prevenir, detectar, evitar e combater a “lavagem de dinheiro” oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, bem como o uso da estrutura da Companhia para esses fins.

A participação frequente da Administração na prevenção e detecção à “lavagem de dinheiro” e combate ao financiamento do terrorismo assegura a sinergia entre as diversas áreas e o

contínuo acompanhamento das atividades e operações realizadas, possibilitando definir políticas aderentes às melhores práticas nacionais e internacionais

vii) Risco cibernético

Risco cibernético é a possibilidade de ocorrências com efeitos indesejáveis decorrentes de ameaças digitais à infraestrutura de tecnologia da informação, podendo ocasionar perdas relacionadas ao ambiente virtual, que:

- Produzem efeitos anômalos e/ou adversos, ameaçam o funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação ou à informação que esses sistemas processam, armazenam ou transmitem;
- Infringem políticas e/ou procedimentos de segurança da informação referentes aos sistemas de TI.

29. Gerenciamento de risco -Continuação

Considerando que o PagSeguro atua em um ambiente desafiador em termos de ameaças cibernéticas, investimos continuamente em controles e tecnologias que visam mitigar essas ameaças, bem como políticas e procedimentos de defesa, assegurando a confidencialidade, integridade e segurança dos dados inerentes aos sistemas utilizados. A companhia tem equipes treinadas e disponibiliza cursos on-line, visando treinar os profissionais, para que estejam cientes das medidas de prevenção e saibam relatar incidentes a fim de minimizar os riscos cibernéticos, seguindo os requerimentos da Circular 3.909/18.

viii) Riscos sociais, ambientais e climáticos

Os riscos sociais, ambientais e climáticos são a possibilidade de perdas devido à exposição a eventos de origem social, ambiental e/ou climática relacionados às atividades desenvolvidas pelo PagSeguro. A Administração avaliou os fatores sociais, ambientais e climáticos nos quais seus negócios estão inseridos e os considera de baixo impacto na criação de valor compartilhado no curto, médio e longo prazo.

Apesar disso, para mitigar os riscos sociais, ambientais e climáticos, são realizadas ações para analisar processos, riscos e controles, acompanhar novas regras relacionadas ao tema

e registrar ocorrências em sistemas internos. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta aos riscos, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos avaliados complementam a gestão desse risco no PagSeguro.

ix) Conformidade:

O time de Compliance conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade e requisitos da Resolução do CMN nº 4.595/17 e Resolução BCB nº 65/21. Neste contexto, o time monitora a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão. A área de PLDFT é responsável pelo Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo do PagSeguro, em atendimento as normas pertinentes, inclusive a Circular BACEN nº 3.978/20.

30. Gestão de capital

A gestão de capital baseia-se na apuração e alocação de capital suficiente para atingir o montante mínimo requerido pelo regulador. Assim, o PagSeguro mantém uma percepção de risco adequada ao tipo de negócio, permitindo o acesso a novas captações em condições viáveis à manutenção e continuidade da operação, bem como o crescimento sustentável ao longo do tempo.

O montante de capital mínimo é definido segundo a metodologia descrita nas normas impostas pelo regulador. O PagSeguro mantém uma reserva de capital suficiente para atender à demanda do regulador, bem como a avaliação interna de risco do negócio.

O PagSeguro efetuou o cálculo do índice de Basileia pelo conglomerado prudencial, seguindo as regras estabelecidas pela Resolução BCB nº 436 publicada de 28 de novembro de 2024, chegando ao índice em torno de 15,06%.

31. Valor justo

O valor justo refere-se ao preço que deveria ser recebido decorrente da venda de um ativo ou pago decorrente da transferência de um passivo (preço de liquidação) no mercado comum ou mais vantajoso para o ativo ou passivo mencionado, em uma transação ordenada entre os participantes do mercado na data de mensuração. Uma hierarquia de 3 níveis é adotada para mensurar o valor justo, conforme demonstrado abaixo:

- Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativo para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 – Adições além dos preços cotados citados no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 – Adições para os ativos e passivos que não são baseados nos dados de mercado observáveis (ou seja, considerações não observáveis).

A tabela a seguir fornece a hierarquia de mensuração do valor justo dos ativos e passivos financeiros do PagSeguro em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Notas explicativas às demonstrações
financeiras

30 de junho de 2026

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31. Valor Justo-Continuação

Em 30 de junho de 2026:

	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Adições observáveis significantes (Nível 2)	Adições não observáveis significantes (Nível 3)
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	-	212.550	-
Títulos e valores mobiliários	-	5.343.252	-
Reservas compulsórias	1.129.459	-	-
Contas a receber	-	57.606.068	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.434	-
Depósitos judiciais	-	344.384	-
Contas a receber de partes relacionadas	-	200.964	-
Dividendos a receber	-	101.288	-
Outras contas a receber	-	253.528	-
Investimentos	-	-	1.294.068
Passivos financeiros			
Obrigações com terceiros	-	13.688.773	-
Contas digitais	-	865.506	-
Fornecedores	-	499.487	-
Contas a pagar de partes relacionadas	-	510.485	-
Empréstimos	-	45.761.279	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	181.216	-
Provisão para contingências	-	123.184	-
Receita diferida	-	89.341	-
Outros passivos	-	251.456	-

Em 31 de dezembro de 2025:

	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Adições observáveis significantes (Nível 2)	Adições não observáveis significantes (Nível 3)
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.210.972	-
Títulos e valores mobiliários	-	5.429.310	-
Reservas compulsórias	1.235.743	-	-
Contas a receber	-	56.326.896	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.894	-
Depósitos judiciais	-	491.938	-
Contas a receber de partes relacionadas	-	164.034	-
Dividendos a receber	-	101.288	-
Outras contas a receber	-	258.713	-
Passivos financeiros			
Obrigações com terceiros	-	14.990.819	-
Contas digitais	-	933.168	-
Fornecedores	-	624.418	-
Contas a pagar de partes relacionadas	-	671.505	-
Empréstimos	-	43.487.154	-
Dividendos a pagar	-	3.344.150	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	87.260	-
Provisão para contingências	-	106.580	-
Receita diferida	-	108.701	-
Outros passivos	-	101.594	-

31. Valor justo--Continuação

O PagSeguro acredita que os instrumentos financeiros reconhecidos nas presentes demonstrações financeiras consolidadas pelos seus valores contábeis são substancialmente similares aos seus respectivos valores justos. Os ativos financeiros referem-se basicamente à natureza dos valores a receber cujos devedores são as principais instituições financeiras submetidas ao baixo risco de crédito, em sua maioria, recebíveis em período de curto prazo e são mensurados baseados nas considerações que o PagSeguro tem expectativa de receber como parte dos serviços de processamento das transações.

Os passivos financeiros são substancialmente representados por contas a pagar de curto prazo com comerciantes que são pagos de acordo com os contratos celebrados com os comerciantes, empréstimos e outras contas a pagar referente a serviços fornecidos no curso regular da operação e estão próximos aos respectivos valores justos.

Não houve transferências entre os níveis 1, e 3 durante o semestre findo em 30 de junho de 2026.

32. Instrumentos financeiros por categoria

O PagSeguro estima o valor justo de seus instrumentos financeiros utilizando informações de mercado e metodologias de avaliação adequadas a cada situação. A interpretação dos dados de mercado, no que diz respeito à escolha das metodologias, exige considerável julgamento e o estabelecimento de estimativas para chegar a um valor considerado apropriado para cada situação. Portanto, as estimativas apresentadas podem não necessariamente indicar os valores que poderiam ser obtidos no mercado atual. O uso de diferentes hipóteses para calcular o valor de mercado ou valor justo podem ter um impacto material nos valores obtido. Os ativos e passivos apresentados nesta nota foram selecionados com base na sua relevância.

O PagSeguro acredita que os instrumentos financeiros reconhecidos pelo seu valor contábil são substancialmente similares ao seu valor justo. Contudo, por não possuírem mercado, poderão ocorrer variações caso a empresa decida antecipadamente liquidá-los ou realizá-los.

32. Instrumentos financeiros por categoria - Continuação

O PagSeguro classifica seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias a seguir:

	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Ativos financeiros		
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	212.550	1.210.972
Títulos e valores mobiliários	5.343.252	5.429.310
Reserva compulsória	1.129.459	1.235.743
Contas a receber	52.114.963	52.041.956
Depósitos judiciais	344.384	491.938
Contas a receber de partes relacionadas	200.964	164.034
Dividendos a receber	101.288	101.288
Outros ativos	253.528	258.713
Outros resultados abrangentes:		
Contas a receber	4.856.616	4.284.940
Instrumentos financeiros derivativos	3.434	4.894
	64.560.438	65.223.788
Passivos financeiros		
Custo amortizado:		
Obrigações com terceiros	13.688.773	14.990.819
Contas digitais	865.506	933.168
Fornecedores	499.487	624.418
Contas a pagar de partes relacionadas	510.485	671.505
Empréstimos	45.761.279	43.487.154
Dividendos a pagar	-	3.344.150
Provisão para contingências	123.184	106.580
Receita diferida	89.341	108.701
Outros passivos	251.459	101.694
Outros resultados abrangentes:		
Instrumentos financeiros derivativos	179.614	85.882
Lucro ou prejuízo		
Instrumentos financeiros derivativos	1.602	1.378
	61.970.730	61.111.301

33. Instrumentos financeiros derivativos designados para o *hedge accounting*

O PagSeguro opera instrumentos financeiros derivativos (SWAPs) para gerenciar suas exposições globais (índice de inflação e taxa de juros).

i) *Hedge* de fluxo de caixa

Em janeiro de 2025 e dezembro de 2025, a Companhia celebrou contratos de empréstimo de €150 milhões e €110 milhões, respectivamente, com vencimento de um ano a partir da data de assinatura, e os pagamentos serão realizados em parcela única na data de vencimento, conforme mencionado na nota 15. Em ambas as operações, a Companhia contratou swaps, com o objetivo específico de proteger tais empréstimos contra flutuações decorrentes de variação cambial, alterando o risco para CDI. Todos os valores estão cobertos com derivativos e possuem o mesmo vencimento.

Em fevereiro de 2026, a Companhia celebrou dois contratos de empréstimo nos montantes de €50 milhões e €100 milhões, respectivamente, com taxa prefixada ao ano, vencimento de um ano contado da data de contratação e liquidação em parcela única no vencimento, conforme descrito na Nota 15. Para ambas as operações, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos do tipo swap com o objetivo específico de proteger os empréstimos contra as oscilações decorrentes da variação cambial, convertendo a exposição ao risco de moeda estrangeira para taxas prefixadas ao ano, respectivamente. A totalidade dos valores dos empréstimos encontra-se coberta pelos derivativos, os quais possuem as mesmas datas de vencimento das respectivas operações protegidas.

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, o PagSeguro celebrou contratos de *non-deliverable forward* ("NDF") com o objetivo de proteger parte de suas aquisições de terminais POS contra o risco cambial, convertendo a exposição econômica de dólares norte-americanos para reais. Embora alguns desses contratos tenham sido liquidados durante o período, a Companhia mantinha posições de NDF em aberto em 30 de junho de 2026.

Abaixo, apresentamos a composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, valor ativo, valor passivo e valor justo, instrumento financeiro e MTM registrado em ORA em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

30 de junho de 2026						
Fator de risco	Passivos (i)	Instrumentos financeiros (ii)	Valor justo	MTM	Avaliação da efetividade	Inefetividade do hedge (iii)
Swap de moeda EUR	(598.898)	(51.944)	(51.193)	(751)	51.193	-
Swap de moeda EUR	(602.494)	(99.166)	(95.975)	(3.191)	95.975	-
Swap de moeda EUR	(299.945)	(28.504)	(27.887)	(617)	27.887	-
NDF de moeda USD	(161.619)	3.434	-	3.434	-	-
31 de dezembro de 2025						
Fator de risco	Passivos (i)	Instrumentos financeiros (ii)	Valor justo	MTM	Avaliação da efetividade	Inefetividade do hedge (iii)
Swap de moeda EUR	(647.386)	(8.266)	(4.384)	(3.882)	4.384	-
Swap de moeda EUR	(992.375)	(30.285)	(26.437)	(3.848)	26.375	(62)
NDF de moeda USD	(213.324)	4.464	-	4.464	-	-

(i) Os valores incluem impostos que foram apresentados em impostos e contribuições.

(ii) No balanço patrimonial, os valores apresentados em instrumentos financeiros derivativos incluem outros instrumentos financeiros não designados para contabilidade de hedge.